

PODER JUDICIÁRIO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ

SEÇÃO DE CONFORMIDADE E ORIENTAÇÃO CONTÁBIL



APRESENTAÇÃO
INOVAÇÕES E DESAFIOS
DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS
NOTAS EXPLICATIVAS
ANEXOS
DECLARAÇÃO DO CONTADOR

UG 050001
JANEIRO DE 2021

APRESENTAÇÃO

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é a corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. É de sua responsabilidade a solução definitiva dos casos civis e criminais que não envolvam matéria constitucional nem a justiça especializada. O STJ é responsável também pela administração da Justiça Federal, por meio do Conselho da Justiça Federal. A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados funciona junto ao tribunal.

Destaca-se que o STJ tem acompanhado a evolução da Contabilidade Pública, atuando de forma ativa nos processos de mudanças definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, o que tem permitido maior transparência da gestão pública realizada por esta Corte.

A Seção de Conformidade e Orientação Contábil - SECOC, de acordo com o Manual de Organização desta Corte, compõe a estrutura da Secretaria de Administração e, conforme o item 10.4, exerce as atribuições de Setorial Contábil de Órgão Superior neste Tribunal. A execução orçamentária e financeira fica a cargo da Secretaria de Orçamento e Finanças enquanto a gestão patrimonial e do almoxarifado são de responsabilidade da Coordenadoria Suprimentos e Patrimônio, ambas as unidades compõem a estrutura desta Corte.

Quanto à atividade de conformidade contábil, cabe relatar que esse procedimento tem como objetivo assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que é o sistema do governo federal em que são executados os atos e os fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Essas atividades, dentre outras, incluem:

1. analisar e avaliar a consistência das Demonstrações Contábeis dos órgãos e das entidades vinculadas, solicitando providências quanto às regularizações das impropriedades detectadas nos registros contábeis;
2. recomendar os ajustes contábeis quando necessários à integralidade e à tempestividade da informação contábil;
3. acompanhar, orientar e apoiar tecnicamente as áreas administrativas sobre procedimentos contábeis e aplicação de normas para o registro fidedigno dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, em consonância com as diretrizes dos órgãos superiores do sistema de contabilidade;
4. apoiar a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central de contabilidade, no avanço e no aperfeiçoamento das rotinas e dos procedimentos contábeis;
5. conciliar os saldos contábeis com os relatórios mensais de bens móveis e com o almoxarifado do STJ;
6. registrar da conformidade contábil e publicar as demonstrações contábeis;
7. executar atividades relacionadas ao encerramento do exercício, de acordo com a normatização publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e recomendações do Tribunal de Contas da União.

O resultado das análises das demonstrações financeiras e demais relatórios do SIAFI é evidenciado na conformidade contábil mensal realizada por esta Setorial Contábil e pelo contador responsável do STJ, de acordo com os procedimentos descritos no Manual do SIAFI e a Macrofunção 02.03.15 – Conformidade Contábil.

INOVAÇÕES

A Setorial Contábil do STJ tem buscado incessantemente aperfeiçoar a qualidade das informações contábeis sob sua responsabilidade e, para isso:

1. Analisa integralmente as folhas de pagamento de pessoal tendo em vista que as despesas dessa natureza consomem acima de 70% por centos dos recursos orçamentários previstos na Lei Orçamentária deste Órgão;
2. Acompanha mensalmente os registros contábeis da gestão patrimonial do STJ por meio de análises do Relatório de Movimentação de Almojarifado (RMA) e Relatório de Movimentação de Bens (RMB);
3. Capacita comissões na realização de avaliação de bens a serem executadas no presente exercício;
4. Executa a conciliação contábil de contratos, garantias, termos de execução descentralizada, retenção de fornecedores, créditos administrativos, registros de intangíveis e imóveis sob gerencia deste órgão;
5. Verifica a execução dos pagamentos de passivos de precatórios e requisições de pequeno valor, da União, de entidades federais e demais entes da Federação;
6. Elabora orientações contábeis com resultado em análise dos demonstrativos do SIAFI, em especial os auditores contábeis;
7. Acompanha os restos a pagar, visando à redução do estoque com a finalidade de minimizar os impactos no limite financeiro imposto pelos normativos federais relacionados a esta matéria.

DESAFIOS

Os desafios para se alcançar a eficiência da conformidade contábil neste Tribunal incluem:

1. Aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, sempre observando as orientações do Órgão Central de Controle Externo e da Secretaria do Tesouro Nacional/STN, com vistas a permitir que Balanços Contábeis reflitam a exata execução da Lei Orçamentária Anual e os registros patrimoniais afins;
2. Garantir a correta contabilização dos todos os fatos e atos orçamentários, financeiro e patrimonial desta Corte, através da aplicação de normas de contabilidade pública, demonstrando com fidelidade as ações realizadas;
3. Fornecer à administração informações atualizadas e exatas de sua competência para subsidiar a tomada de decisões;
3. Especializar-se como unidade de assessoramento no campo da contabilidade pública;
4. Subsidiar o STJ na transparência pública dos atos e fatos de sua gestão;
5. Aperfeiçoar a comunicação com as unidades gestoras internas para cumprimento das normas contábeis pertinentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial;

6. Trabalhar estrategicamente pela satisfação dos públicos externo (Sociedade e Tribunal de Contas) e interno (ordenador de despesa, controle interno, áreas de gestão orçamentária e financeira), por meio da prestação adequada de serviços contábeis, com qualidade e celeridade, tendo como foco à aplicação correta das normas federais correlatas à matéria;

7. Emitir Notas Explicativas de forma organizada e estruturada, fazendo uso da referência cruzada, ou seja, associação entre a informação da Demonstração Contábil com o texto da Nota Explicativa, visando o melhor entendimento por parte dos usuários das informações.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do STJ são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, do Decreto-Lei 200/1967, do Decreto 93.872/1986, da Lei 10.180/2001 e da Lei Complementar 101/2000, a partir das informações constantes no Siafi. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual do SIAFI. Com isso, almeja-se aumentar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras desta Corte, além de possibilitar sua comparabilidade com outras unidades integrantes do SIAFI.

As estruturas e a composição das demonstrações estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Desta forma, são compostas pelos (as): a) Balanço Patrimonial (BP); b) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); c) Balanço Orçamentário (BO); d) Balanço Financeiro (BF) e; e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Para garantia da confiabilidade das demonstrações contábeis, são executados controles e verificações regulares com escopos específicos, abrangendo os lançamentos e procedimentos contábeis considerados relevantes e de maior risco de comprometimento das informações. Para tanto, adotam-se padrões compatíveis com as normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Tribunal de Contas da União.

Além dos demonstrativos apresentados, há o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Conforme estipula o MCASP (2018, 8ª ed.), a publicação do mesmo é obrigatória somente para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas. Tendo em vista que o STJ não exerce atividades na conformidade de uma sociedade anônima, a DMPL não será apresentada.

A organização das informações neste documento segue a seguinte ordem: definição das demonstrações contábeis, demonstrações contábeis, critérios e políticas contábeis (podendo abranger outros balanços), notas explicativas e anexos

Por sua vez, as Notas Explicativas (NE), parte integrante das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares destas, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários.

As Demonstrações Contábeis da UG 050001 – Secretaria do Superior Tribunal de Justiça - a seguir transcritas, contemplam a execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social **até 30 de janeiro de 2021.**

BALANÇO PATRIMONIAL - BP

Evidencia os ativos, os passivos e o patrimônio líquido, além de demonstrar sua evolução de 2021 em relação a dezembro de 2020. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Superior Tribunal de Justiça com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira desta Corte.

ATIVO	NE	JAN21 (R\$)	DEZ20 (R\$)
ATIVO CIRCULANTE		442.094.226,14	313.621.445,38
Caixa e Equivalente de Caixa	01	401.230.912,91	292.177.885,69
Demais Créditos e Valores .- Curto Prazo	02	37.092.913,24	17.567.240,63
Estoques	03	3.735.387,41	3.835.893,78
VPDs pagas Antecipadamente.		35.012,58	40.425,28
ATIVO NÃO CIRCULANTE		436.188.219,01	428.396.944,00
Ativo Realizável a Longo Prazo (LP)		126.050,63	126.050,63
Demais Créditos e Valores a LP	02	762.427,60	762.427,60
(-) Ajustes Perdas em Cred a LP	02	-636.376,97	-636.376,97
Imobilizado	04	396.907.116,51	389.947.249,04
Bens Móveis		76.887.062,36	78.266.787,94
Bens Móveis		85.569.780,22	85.560.736,21
(-) Depreciação		-8.682.717,86	-7.293.948,27
Bens Imóveis		320.020.054,15	311.680.461,10
Bens Imóveis		320.310.829,24	311.970.765,36
(-) Depreciação		-290.775,09	-290.304,26
Intangível	05	39.155.051,87	38.323.644,33
TOTAL		878.282.445,15	742.018.389,38

PASSIVO + PATRIMONIO LÍQUIDO	NE	JAN21 (R\$)	DEZ20 (R\$)
PASSIVO CIRCULANTE		185.186.705,74	163.142.234,88
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg CP	06	13.005.791,65	279.637,24
Fornec. e Contas a Pagar – CP		10.065.406,35	80,00
Provisões a Curto Prazo	06	86.099.747,63	86.473.998,00
Demais Obrigações a CP		76.015.760,11	76.388.519,64
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.953.795,37	1.953.795,37
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg. LP		-	-
Provisões a Longo Prazo	07	1.953.795,37	1.953.795,37
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		691.141.944,04	576.922.359,13
Resultado Acumulados		125.935.349,94	114.862.558,84
Resultado do Exercício		576.922.359,13	381.345.890,33
Result. de Exerc. Anteriores		-11.715.765,03	80.713.909,96
Ajustes de Exerc. Anteriores		691.141.944,04	576.922.359,13
TOTAL		878.282.445,15	742.018.389,38

DEMAIS INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS

DESCRIÇÃO	NE	JAN21	DEZ20
1.SALDO PATRIMONIAL			
Ativo Financeiro + Ativo Permanente		878.282.445,15	742.018.389,38
Passivo Financeiro + Passivo Permanente		(1.097.695.761,42)	(203.178.310,33)
TOTAL	08	-219.413.316,27	538.840.079,05
2 QUADRO DAS COMPENSAÇÕES ATIVAS			
Garantias/Contrag. Rec.a Exec		18.844.763,19	18.846.030,34
Dir.Conv/Instr/Cong. a Rec.		-	-
TOTAL	09	18.844.763,19	18.846.030,34
3 QUADRO DAS COMPENSAÇÕES PASSIVAS			
Exec. dos Atos Potenciais		282.310.324,59	262.641.286,55
Ob. Conv./Out/Inst. Cong.a Lib.		2.408.309,92	2.476.456,03
Obrig. Contratuais a Exec.		279.902.014,67	260.164.830,52
TOTAL	10	282.310.324,59	262.641.286,55
4.DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
Destinação de Recursos			DÉFICIT
Recursos Ordinários			-459.207.877,41
Recursos Vinculados			-136.755.477,73
TOTAL	08		-595.963.355,14

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO BP

MOEDA FUNCIONAL E SALDOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

A moeda funcional do STJ é o Real e os saldos em moedas estrangeiras, quando ocorrem, são convertidos para moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no Banco Central - BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos de pessoal e suprimentos de fundos, créditos por dano ao patrimônio e decorrentes de folha de pagamento e créditos a receber por cessão de pessoal. Os créditos relacionados com os danos ao patrimônio são mensurados e avaliados pelo valor original e suas atualizações monetárias e incidências de juros de mora são calculados por meio do aplicativo 'Sistema de Débito' disponibilizado no sítio web do Tribunal de Contas da União - TCU.

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

Até o exercício de 2018, os lançamentos relativos aos TEDs eram contabilizados apenas em contas de controle. A partir de janeiro de 2019, passou-se a utilizar também a conta de Adiantamentos, a qual teve o seu saldo gerado por lançamento contábil automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, fazendo refletir nos demais créditos a curto prazo os valores transferidos a comprovar por meio de TED's.

ESTOQUES

Os estoques são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado.

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a longo prazo relacionados com créditos a receber decorrentes de folha de pagamento e danos ao patrimônio e cuja atualização monetária e incidência de juros de mora é calculado pelo 'Sistema de Débito' do sítio web do Tribunal de Contas da União. Uma vez que a Portaria/MF nº 75/2012 informa que os créditos dessa natureza inferiores a R\$ 1.000,00 (um mil reais) não serão inscritos em dívida ativa, o STJ constituiu ajustes para perdas quando frustradas todas as medidas de ressarcimento ao erário de valores que se enquadram na referida portaria.

IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, este fica sujeito à depreciação, redução ao valor recuperável e/ou reavaliação. A atualização dos valores históricos é realizada anualmente com base nos percentuais de imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) fornecidas pelo Governo do Distrito Federal.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O gerenciamento dos inventários patrimoniais desta Corte é executado por sistema informatizado próprio, ora denominado Sistema Administra, no qual são executados os cálculos das depreciações, amortizações, avaliações, dentre outras rotinas.

INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção das atividades jurisdicionadas do STJ ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

DEPRECIÇÃO

A depreciação se refere ao decréscimo no benefício de um bem tangível durante o período contábil decorrente de sua utilização, tendo em vista a deterioração/obsolescência e a utilidade desse bem à entidade. Consta no anexo III da Instrução Normativa STJ/GP n. 20 de 22 de novembro de 2019 as metodologias de cálculos da depreciação e avaliação dos bens móveis e imóveis e a amortização de intangíveis desta Corte.

DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação de bens móveis é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. A depreciação destes bens móveis ocorre a partir do primeiro dia do mês seguinte à data de seu tombamento, tendo como método de cálculo o das quotas constantes.

DEPRECIÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET

O valor depreciado dos bens imóveis do STJ é apurado mensal e automaticamente pelo Sistema SPIUnet, sobre o valor depreciável do bem, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle (art 7º da Portaria Conjunta STN/SPU 703, de 10/12/2014). A depreciação é calculada a partir do dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

As obrigações do STJ são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das Variações Monetárias e Cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar e demais obrigações. No encerramento do exercício de 2020, por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional/STN em seu comunicado nº 2021/0019510, datado de 05.01.2021, c/c o Acórdão TCU nº 1331/2019 registraram-se contabilmente as obrigações de precatórios e RPV nos passivos dos órgãos devedores sensibilizando nesta Corte apenas a conta de controle, metodologia aplicada conforme Nota Técnica SPO/CJF nº 001/2013.

ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Resultado do Exercício é o saldo resultante da comparação entre as Variações Patrimoniais Ativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Passivas (VPD com os superávits ou déficits do exercício e superávits ou déficits acumulados saldo de ajustes dos Exercícios Anteriores.

SALDO PATRIMONIAL

É a diferença entre o total do ativo (ativo financeiro + ativo permanente) formado pela soma dos grupos Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, e o total do passivo (passivo financeiro + passivo permanente),

composto pela soma dos grupos Passivo Circulante e Passivo Não Circulante com o total inscrito em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) no exercício e com os Restos a Pagar Não Processados inscritos no ano anterior mas ainda não liquidados no exercício corrente.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreende o somatório dos valores disponíveis nas Contas “Demais Contas – Caixa Econômica Federal/CEF” e “Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento”. A primeira registra as cauções recebidas, enquadradas como depósitos restituíveis, ou seja, são ativos financeiros de natureza extra orçamentária e que representam entradas transitórias, sendo suas rentabilidades acompanhadas neste exercício por meio do processo STJ nº 4455/2020; já a segunda, indica os recursos financeiros disponíveis ao STJ e estão distribuídos por fontes e vinculações conforme Anexo I. **As fontes 100 e 144 equivalem a cerca de 88,56%** das disponibilidades financeiras atuais, sendo mantida com recursos ordinários do Tesouro Nacional – Exercício Corrente – para aplicação nas atividades jurisdicionais desta Corte, sem contrapartida.

NOTA 02 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO/LONGO PRAZO

Os créditos a receber de terceiros no curto e longo prazo constam na tabela a seguir. Esses créditos decorrem da responsabilização de terceiros por danos ao patrimônio do STJ e/ou Folha de Pagamento de pessoal; Os créditos a receber por cessão de pessoal a outros órgãos são monitorados no STJ nº 6442/2015, já os “Adiantamento – Termo Execução Descentralizada” se referem aos adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências a outros órgãos.

CONTAS	JAN/21 (R\$)	DEZ/20(R\$)	AH(%)
Créditos p/ Danos ao Patrimônio - Folha de Pagamento	649.838,89	649.838,89	0,00%
Créditos por Danos ao Patrimônio – Terceiros	113.294,93	113.294,93	0,00%
Créditos a receber por cessão de pessoal	79.985,34	1.395,05	5633,51%
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	1.123.300,04	1.095.635,34	2,52%
TOTAL	1.966.419,20	1.860.164,21	5,71%

O ajuste para eventuais perdas desses créditos é calculado em consonância com a Macrofunção STN 020342, tendo como base o histórico de recebimento destes e sendo tal ajuste registrado no Sistema SIAFI na Conta Contábil 12121.99.01.

Memória de Cálculo (Ct 113410101; 113410102, 121210401 e 121210402)					
	2016	2017	2018	2019	Sd Atual
Sd de Cred Adm Danos ao Erário (A)	R\$ 410.981,93	R\$ 751.176,11	R\$ 745.459,40	R\$ 671.973,32	R\$ 727.780,78
Inscrição dem Divida Ativa (B)	R\$ 10.156,90	R\$ 61.822,13	R\$ 35.563,86	R\$ 870,98	R\$ 2.522,43
% de inscrição em Divida Ativa (C)=(B)/(A)	2,47%	8,23%	4,77%	0,13%	0,34%
(D) = (A) – (B)	R\$ 400.825,03	R\$ 689.353,98	R\$ 709.895,54	R\$ 691.102,34	R\$ 737.320,58
Créditos Administrativos Recebidos (E)	R\$ 63.933,60	R\$ 1.366,48	R\$ 40.663,30	R\$ -	R\$ -
(E) / (D)	15,95%	0,20%	5,73%	0,00%	0,00%

% Recebimento (2016 – 2020) = 4,38%

% Inscrição em Dívida Ativa (2016 – 2020) = 3,19%

NOTA 03 – ESTOQUES

O Relatório de Movimentação de Almoxarifado - RMA, no final deste mês, registrou entradas de material de consumo no total R\$ 62.106,58, saídas de R\$ 162.612,95 e saldo final de estoque no montante de R\$ 3.735.387,41. Não houve aquisições no período relevantes em relação ao seu saldo no final do exercício anterior. A variação do almoxarifado, em comparação com o final do exercício anterior, é - 2,68%. Eventuais divergências entre valores registrados no SIAFI e aqueles apresentados no RMA estão justificados no processo STJ nº 952/2021, constando do Anexo II a relação unitária e detalhada dos materiais de consumo adquiridos em 2021 e sua respectiva variação em relação ao saldo final de estoque no encerramento de 2020.

NOTA 04 – IMOBILIZADO

O saldo do immobilizado atualmente é de R\$ 396.907.116,51 sendo segredado em bens móveis e bens imóveis.

• BENS MÓVEIS

No encerramento deste mês, o saldo deste grupo no Sistema SIAFI é R\$ 85.569.780,22. Já a composição do Relatório de Movimentação de Bens – RMB no mesmo período é R\$ 1.298,00 - entradas orçamentárias e extra orçamentárias e/ou reavaliações; R\$ 2.037,39 - doações, baixas por depreciação e redução a valor recuperável e R\$ 81.578.785,07 representando a totalidade dos bens. Em relação ao encerramento de exercício anterior, verifica-se redução de 0,001%, não se observando variações expressivas para o período. Comparando os saldos deste grupo no SIAFI e aqueles listados no RMB verifica-se diferenças de saldos que são assim justificadas: 1) o contrato STJ nº 15/2013 foi executado parcialmente, gerando o saldo a menor de R\$ 956.433,04 no RMB em relação a conta SIAFI nº 12311.02.01 (Equipamentos da Tecnologia da Informação e Comunicação), fato este justificado porque o sistema administra não registra execução parcial de contratos; 2) as entradas e saídas da conta 12311.99.10 (Material de Uso Duradouro), saldo no SIAFI de R\$ 3.034.562,11 são controlados no Relatório de Movimentação de Almoxarifado – RMA e não no RMB. Demais divergências por ventura existentes entre valores registrados no SIAFI e aqueles consignados no RMB estão justificados no processo STJ nº 952/2021, constando do Anexo III a relação detalhada de cada grupo de bens móveis e suas respectivas variações em relação ao saldo final dos mesmos no encerramento do anterior.

• BENS IMÓVEIS

Os “Bens Imóveis de Uso Especial” estão registrados no sistema SPIUnet e se referem aos imóveis sob gerência desta Corte estando todos localizados em Brasília. O saldo atual dos referidos imóveis consta no SIAFI e perfazem o total de R\$ 320.310.827,24, tendo sido esse montante atualizado em 2,94% em observação as regras dispostas na Instrução Normativa STJ nº 20/2019 (ver processo STJ nº 6420/2015). O Anexo IV apresentam a descrição detalhadas destes bens.

NOTA 05 – INTANGÍVEIS (SOFTWARES)

Esta conta representa os softwares adquiridos por este Órgão e/ou desenvolvidos por perfazendo o saldo SIAFI de R\$ 39.155.051,87 até a presente data. Comprando o saldo desta conta no encerramento do exercício anterior com seu saldo atual, verifica-se investimentos nestes ativos de 2,12%.

NOTA 06 – PASSIVO CIRCULANTE

- **OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS**

No encerramento do exercício anterior, por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional/STN em seu comunica nº 2021/0019510, datado de 05.01.2021, c/c o Acórdão TCU nº 1331/2019 (Processo STJ nº 72/2021), registraram-se as obrigações judiciais, previstas na LOA 2021, nos passivos dos órgãos devedores no total de R\$ 343.747.358,80 sensibilizando nesta Corte apenas a conta de controle SIAFI 89991.04.04 (Precatórios a Pagar – Poder Judiciário). Da mesma forma, foram registrados os passivos judiciais do período 02/07 a 31/12/2020 a serem incluídos na LOA 2022 (ver Anexo VI – Parte I e II). Na conta de passivo 21121.03.00 (Precatórios de Benefícios Previdenciários) desta Corte foi registrado o débito de R\$ 279.637,24. Liquidou-se o Empenho 2020NE001215, documento hábil 2020NS019909, no valor total de R\$ 71.944.838,09, para viabilizar sua inscrição em Restos a Pagar Processados (RPP) em consonância com o recomendado no Manual dos Demonstrativos Fiscais - 8ª edição para empenhos relativos a despesas com precatórios e RPV's, vide Processo STJ 18218/2019 (Processo STJ nº 0072/2021).

- **PROVISÕES A CURTO PRAZO**

Semelhante ao informado no item anterior, registrou-se no encerramento de 2020 o total de R\$ 86.476.998,00 na conta Provisão Decorrentes de Sentenças Judiciais (21791.03.00) para pagamento de débitos judiciais relacionados com requisições de pequeno valor (RPV), também previstos na Lei Orçamentária de 2021 e devidamente (ver STJ nº 72/2021).

NOTA 07 - PROVISÕES DE LONGO PRAZO

Em conformidade com as normas de encerramento de exercício, tendo em vista procedimentos administrativos internos não finalizados para a liquidação das despesas de pessoal relacionadas no processo STJ nº 29.940/2015, constituíram-se provisões para perdas administrativas no total de R\$ 1.953.795,37 sendo assim distribuídas: **1)** R\$ 1.920.253,02 (CPF: 061.233.991-28); **2)** R\$ 13.579,23 (CPF: 549.151.987-15) e **3)** R\$ 19.963,12 (CPF: 660.522.209-10).

NOTA 08 – SALDO PATRIMONIAL

O saldo deficitário de R\$ 219.413.316,27 indica que a soma dos passivos a pagar com os compromissos inscritos em RP's é maior que os recursos financeiros disponíveis para suas liquidações. Destaca-se que esta diferença tende a se equalizar até o encerramento do exercício quando a Secretaria do Tesouro Nacional – STN tiver disponibilizado todas as cotas financeiras necessárias para a liquidação dos compromissos assumidos em consonância com a Lei Orçamentária Anual - LOA.

NOTA 09 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS

Os saldos potenciais ativos dizem respeito às garantias colocadas à disposição deste Tribunal quando da assinatura de contratos para prestação de serviços e/ou fornecimentos de bens. Consta do Sistema SIAFI, ao final de mês, o saldo de R\$ 18.844.763,19, sendo assim distribuídos: R\$ 18.803.747,07 (99,78%) – Seguros Garantias; R\$ 441.121,37 (2,34%) – Fianças; e R\$ 99.894,75 (0,53%) – Cauções.

NOTA 10 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Os atos potenciais passivos estão relacionados aos Termos de Execução Descentralizada (TED's) e aos contratos firmados entre o STJ e terceiros para prestação de serviços e/ou fornecimento de bens, aquisição de seguros e locação de espaços.

O total registrado dos TEDs do Órgão 11.000 é de R\$ 5.005.465,70, o montante de recursos repassados e comprovados foi R\$ 1.080.279,86 enquanto o total a repassar é de R\$ 2.408.309,92, informações estas detalhadas no Anexo V.

As obrigações contratuais atualmente alcançam o volume de R\$ 296.132.633,52 assim distribuídos: **a)** R\$ 267.071.815,50 - serviços; **b)** R\$ 92.663,52 - aluguéis; **c)** R\$ 55.343,06 - fornecimento de bens; e **d)** R\$ 26.970,00 - seguros. Observa-se que os compromissos Contratuais relacionados com serviços representam aproximadamente 90,18% do total das obrigações assumidas pelo STJ.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Evidencia as alterações verificadas no patrimônio do STJ, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício. A Demonstração de Variação Patrimonial (DVP) tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas nos elementos patrimoniais.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

DESCRIÇÃO	N.E.	2021 (R\$)	2020 (R\$)
Taxas		2.038.264,40	2.534.536,93
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		82.038,38	109.437,47
Transferências e Delegações Recebidas		258.108.124,69	241.779.996,76
Outras Transferências e Delegações Recebidas		2.242.052,35	4.587,90
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		9.081.230,09	9.000.763,83
Reavaliação de Ativos		9.009.788,09	8.949.792,89
Ganhos com Incorporação de Ativos		71.442,00	50.970,94
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		370.771,24	348.837,63
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		370.771,24	348.837,63
TOTAL	11	269.680.428,80	253.773.572,62

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

DESCRIÇÃO	N.E.	2021 (R\$)	2020 (R\$)
Pessoal e Encargos		93.250.960,87	81.538.558,49
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		32.082.165,93	31.842.641,75
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		11.626.497,11	12.581.641,89
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		5.583.960,70	8.161.811,89
Transferências Intragovernamentais		3.341.908,35	8.085.183,49
Outras Transferências e Delegações Concedidas		2.242.052,35	76.628,40
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		839.166,52	43.657,38
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		669.724,21	-
Perdas Involuntárias		2.037,39	1.947,60
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		167.404,92	41.709,78
Tributárias		23.293,15	2.327,67
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.266,00	-
Contribuições		22.027,15	2.327,67
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		339.034,58	321.819,19
TOTAL	12	143.745.078,86	134.492.458,26
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		125.935.349,94	119.281.114,36

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO DVP

RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial do período é apurado nesta demonstração pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passará a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) no encerramento do exercício. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas por este Órgão provocaram alterações no patrimônio desta Corte, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade

TAXAS

Referem-se às custas judiciais de interposição de recursos no STJ e/ou ajuizamento de ações originárias nesta Corte. Apesar destes valores sensibilizarem a conta SIAFI “Taxa pela Prestação de Serviços” deste Órgão, os referidos recursos financeiros são creditados diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, tendo como favorecida a Coordenação-Geral de Programação Financeira.

EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A maioria das receitas deste grupo está relacionada com a arrecadação de receitas de serviços administrativos e cessão de espaços internos para exploração de serviços diversos (restaurantes, bancos entre outros).

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

Saldos em sua maioria relacionados com as cotas recebidas e disponibilizadas pela STN nas fontes 0100, 0153, 0156 e 0169.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Grupo relacionado com indenizações e restituições no qual o pagamento de ajuda de custos e auxílio moradia compõem a quase totalidade de seu saldo.

RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do Resultado Patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPAs) e das variações patrimoniais diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido, de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido, de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/ Deficit do

Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 11 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

	JAN21 (R\$)	JAN20 (R\$)	AH (%)
(+) VARIAÇÕES PATR. AUMENTATIVAS (I)	269.680.428,80	253.773.572,62	6,27%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.038.264,40	2.534.536,93	-19,58
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	82.038,38	109.437,47	-25,04
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	258.108.124,69	241.779.996,76	6,75
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	9.081.230,09	9.000.763,83	0,89
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	370.771,24	348.837,63	6,29

Não houve variações significativas no período para serem analisadas.

NOTA 12 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

	JAN21 (R\$)	JAN20 (R\$)	AH (%)
(-) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	143.745.078,86	134.492.458,26	6,88%
Pessoal e Encargos Sociais	93.250.960,87	81.538.558,49	14,36
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	32.082.165,93	31.842.641,75	0,75
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	11.626.497,11	12.581.641,89	-7,59
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	5.583.960,70	8.161.811,89	-31,58
Desvalorização e Perda de Ativos e Inc. de Passivos	839.166,52	43.657,38	1822,16
Tributárias	23.293,15	2.327,67	900,71
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	339.034,58	321.819,19	5,35

A variação de 1822,16% na linha “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” decorreu da transferência momentânea de imóveis à SPU para fins de ajustes de inscrição de imóveis (ver processo STJ nº 6420/2015)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Demonstrativo das receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo. Evidência, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (R\$)

RECEITAS	NE	PREV. INC.(a)	PREV. ATUALIZ.(b)	RECEITAS REALIZ.(c)	SALDO (d)=(c-b)
Receitas Correntes	13	-	-	1.448.242,35	1.448.242,35
Receitas Tributárias		-	-	1.426.785,03	1.426.785,03
Receitas de Serviços		-	-	511,79	511,79
Outras Receitas Correntes		-	-	20.945,53	20.945,53
Subtotal com Financiamentos		-	-	1.448.242,35	1.448.242,35
Déficit	14	-	-	1.027.103.597,42	1.027.103.597,42
TOTAL		-	-	1.028.551.839,77	1.028.551.839,77

DESPESAS	NE	DOT. INICIAL	DOT. ATUALIZ.	DESP. EMP	DESP LIQ	DESP PAGAS	SD DA DOT.
Desp. Corrente		1.376.381.309,00	1.376.381.309,00	1.028.551.839,77	130.054.761,58	130.037.173,64	347.829.469,23
Pes/Enc. Sociais		1.251.839.620,00	1.251.839.620,00	943.455.150,19	126.274.826,76	126.272.210,85	308.384.469,81
Out. Desp. Corr.		124.541.689,00	124.541.689,00	85.096.689,58	3.779.934,82	3.764.962,79	39.444.999,42
Desp de Capital		68.890,00	68.890,00	-	-	-	68.890,00
Res. de Conting.		-	-	-	-	-	-
TOTAL	15	1.376.450.199,00	1.376.450.199,00	1.028.551.839,77	130.054.761,58	130.037.173,64	347.898.359,23

DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR (R\$)

NÃO PROCESSADOS	NE	INSC EX.. ANT (A)	INSC 31.12.20 (B)	LIQUID. (C)	PAGOS (D)	CANC. (E)	SD (F=A+B-D-E)
Despesas. Correntes		1.671.216,60	28.950.323,09	14.373.548,48	14.350.009,71	63.336,94	16.208.193,04
Pes/Enc. Sociais		-	7.992.023,68	4.141.620,84	4.141.620,84	-	3.850.402,84
Out. Desp. Correntes		1.671.216,60	20.958.299,41	10.231.927,64	10.208.388,87	63.336,94	12.357.790,20
Despesas de Capital		1.815.049,03	5.645.691,36	844.474,40	844.474,40	-	6.616.265,99
Investimentos		1.815.049,03	5.645.691,36	844.474,40	844.474,40	-	6.616.265,99
TOTAL	16	3.486.265,63	34.596.014,45	15.218.022,88	15.194.484,11	63.336,94	22.824.459,03

PROCESSADOS /NÃO PROC LIQUIDADOS	NE	INSC EM EX. ANT.	INSCR. EM 31.12.20	PAGOS	CANCELADOS	SALDOS
Despesas Correntes		2.638.639,15	73.532.464,02	533.254,39		75.637.848,78
Outras Despesas Correntes		2.638.639,15	73.522.000,38	533.254,39		75.627.385,14
Despesas de Capital		80.774,79	31.705,31	-		112.480,10
Investimentos		80.774,79	31.705,31	-		112.480,10
TOTAL	16	2.719.413,94	73.564.169,33	533.254,39		75.750.328,88

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO BO

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Ao se confrontar, num dado momento, as receitas e despesas previstas na lei orçamentária para o STJ com àquelas efetivamente realizadas é possível concluir se houve superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário neste Órgão

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 13 – RECEITAS CORRENTES

As receitas realizadas, rotineiramente, superam as previsões de receitas atualizadas e isso ocorre porque o STJ não possui autonomia para atualizar as referidas previsões, competência esta da Secretaria-Adjunta de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal SEAFI/SOF (Portaria nº 02, de 17 de fevereiro de 2017 – DOU – Seção 01 nº 37, terça-feira, 21 de fevereiro de 2017). A STN, após consulta desta Setorial, ratificou as referidas impropriedades, conforme se observa na mensagem (comunica SIAFI) 2017/1518536.

NOTA 14 – DÉFICIT EM RECEITAS REALIZADAS

Essa linha apresenta a diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas com finalidade de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário. O déficit de arrecadação do STJ decorre do fato de o Tribunal não ser órgão arrecadador de receita. Os recursos das custas judiciais (receita arrecadada pelo STJ) são materialmente irrelevantes frente às necessidades de manutenção (pessoal, material, serviços) do órgão. Por essa razão, o STJ é mantido com recursos oriundos das mais diversas atividades do Estado, que são disponibilizados pelo Tesouro Nacional ao longo do exercício, observando os limites dispostos na Lei Orçamentária Anual, tendo em vista os recursos arrecadados serem controlados em conta (caixa) única por aquele órgão.

NOTA 15 – DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não foi possível detalhar a execução orçamentária do atual período tendo em vista a LOA 2021 ainda não ter sido aprovada.

NOTA 16 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

No quadro “Execução dos Restos a Pagar não Processados”, do saldo total de R\$ 38.082.280,08 referente aos restos a pagar de exercícios anteriores e aos inscritos em 31.12.2019, cerca de 39,80% foram pagos e 0,01%, cancelados até a presente data.. No quadro “Execução dos Restos a Pagar

Processados e não Liquidado”, destaca-se a permanência do valor de R\$ 1.835.303,61 a pagar à Empresa Central IT Tecnologia da Informação Ltda. a conta do Empenho 2015NE000342 em virtude de uma série de irregularidades na execução do Contrato STJ 14/2015 que ainda estão pendentes de deliberação por parte da Administração conforme histórico observado no Processo STJ 10627/2015. Com o novo regime fiscal, instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016, fez-se necessária melhor gestão dos restos a pagar, já que concorrem diretamente, em cada exercício, com as despesas pagas referentes ao orçamento anual, para fins de limite de pagamento da despesa. À vista disso, esta setorial contábil monitora regularmente essas contas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal no art. 55 dispõe que o Relatório de Gestão Fiscal quadrimestral conterá, dentre outras informações, àquelas relacionadas com o demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar referente às despesas liquidadas, às empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa. Os demonstrativos desta Corte podem ser consultado no endereço <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Transparencia/Relatorios-de-gestao/Relatorio-deGestao-Fiscal-quadrimestral>

BALANÇO FINANCEIRO

Demonstrativo contábil em que se confrontam num dado momento, as receitas e despesas orçamentárias deste Tribunal, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que irão se transferir para o exercício seguinte.

DOS INGRESSOS

DESCRIÇÃO	NE	2021 (R\$)	2020 (R\$)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		1.448.242,35	1.835.688,71
Vinculadas		1.454.628,74	1.839.233,80
Outros Recursos Vinc a Órgãos e Programas		1.454.628,74	1.839.233,80
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-6.386,39	-3.545,09
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		255.866.072,34	241.775.408,86
Resultantes da Execução Orçamentária		255.847.979,44	241.765.416,88
Cota Recebida		255.839.889,44	241.765.416,88
Repasse Recebido		8.090,00	-
Sub-repasse Recebido		-	-
Independentes da Execução Orçamentária		18.092,90	9.991,98
RECEBIMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS		899.515.241,13	1.121.682.753,59
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		17.587,94	35.550,59
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		898.497.078,19	1.120.466.456,25
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		159.961,24	59.893,40
Outros Recebimentos Extraorçamentários		840.613,76	1.120.853,35
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		292.177.885,69	186.102.972,44
Caixa e Equivalentes de Caixa		292.177.885,69	186.102.972,44
TOTAL		1.449.007.441,51	1.551.396.823,60

DOS DISPÊNDIOS

DESCRIÇÃO	NE	2021 (R\$)	2020 (R\$)
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		1.028.551.839,77	1.252.350.161,40
Ordinárias		800.372.033,50	864.346.710,51
Vinculadas		228.179.806,27	388.003.450,89
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		3.341.908,35	8.085.183,49
Resultantes da Execução Orçamentária		1.035.471,13	5.119.524,70
Repasse Concedido		197.201,13	18.693,50
Sub-repasse Concedido		838.270,00	5.100.831,20
Cota Devolvida		-	-
Independentes da Execução Orçamentária		2.306.437,22	2.965.658,79
DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIAS		15.882.780,48	17.669.759,56
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		533.254,39	1.124.598,16
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		15.194.484,11	16.486.220,67
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		155.041,98	58.940,73
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	17	401.230.912,91	273.291.719,15
Caixa e Equivalentes de Caixa		401.230.912,91	273.291.719,15
TOTAL		1.449.007.441,51	1.551.396.823,60

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO BF

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do STJ. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. A seguir, são detalhados os principais itens dos demonstrativos contábeis.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme arts. 1º e 2º do Decreto 93.872/1986), exige que todas as receitas e despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Desta forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 17 – SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE/CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O saldo informado, no valor de R\$ 401.230.912,91, refere-se à soma das cauções registradas a título de garantia contratual na Conta Caixa Econômica Federal e do saldo da Conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. Registre-se que o montante de recursos financeiros a serem recebidos em 2021 corresponderão ao total da dotação atualizada para este STJ, em consonância com a Lei Orçamentária Anual - LOA, adicionado a esse valor àquele referente à soma dos empenhos inscritos em restos a pagar e ao saldo remanescente de recursos financeiros não utilizados e que serão diferidos no final do exercício.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Relaciona as saídas e as entradas de recursos em espécie no caixa, classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, durante o período, e indica também o resultado desses fluxos.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	109.897.501,62	88.078.344,27
		2021 (R\$)	2020 (R\$)
INGRESSOS	18	258.314.889,69	244.791.844,32
Receita Tributária		1.426.785,03	1.774.175,97
Receita de Serviços		511,79	875,25
Outras Receitas Derivadas e Originárias		20.945,53	60.637,49
Outros Ingressos das Operações		256.866.647,34	242.956.155,61
Ingressos Extraorçamentários		159.961,24	59.893,40
Transferências Financeiras Recebidas		255.866.072,34	241.775.408,86
Arrecadação de Outra Unidade		840.613,76	1.120.853,35
DESEMBOLSOS		-148.417.388,07	-156.713.500,05
Pessoal e Demais Despesas		-133.857.629,99	-140.128.999,76
Judiciário		-85.698.857,08	-84.501.242,35
Previdência Social		-47.780.397,54	-47.587.999,43
Encargos Especiais		-378.375,37	-8.039.757,98
Transferências Concedidas		-11.062.807,75	-8.440.376,07
Intragovernamentais		-11.062.807,75	-8.440.376,07
Outros Desembolsos das Operações		-3.496.950,33	-8.144.124,22
Dispêndios Extraorçamentários		-155.041,98	-58.940,73
Transferências Financeiras Concedidas		-3.341.908,35	-8.085.183,49
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-844.474,40	-889.597,56
		2021 (R\$)	2020 (R\$)
DESEMBOLSOS		-844.474,40	-889.597,56
Aquisição de Ativo Não Circulante		-1.298,00	-809.597,56
Outros Desembolsos de Investimentos		-843.176,40	-80.000,00
Geração Líquida De Caixa e Eq. de Caixa		109.053.027,22	87.188.746,71
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		292.177.885,69	186.102.972,44
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		401.230.912,91	273.291.719,15

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DA DFC

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período. Em **janeiro** de 2021, o valor do fluxo de caixa líquido do STJ correspondeu à soma dos Fluxos Operacional e de Investimento, perfazendo a monta de R\$ 109.897.501,62. Esse resultado somado à rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa Inicial” do exercício, no valor de R\$ 292.177.885,69, revelou um montante de R\$ 401.230.912,91. Tal valor encontra-se conciliado com o montante registrado na rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa” do Balanço Patrimonial (BP) e no “Saldo para Exercício Seguinte”, apurado no Balanço Financeiro (BF), salientando que boa parte do valor da rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa” é referente às disponibilidades financeiras para fazer frente às despesas inscritas em Restos a Pagar. Até o presente período, não houve fluxo de caixa de atividades de financiamento, ou seja, não houve operações de crédito ou outras atividades congêneres.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 18 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS

As receitas derivadas e originárias registradas neste item estão relacionadas com a cobrança das custas devidas à União que tenham como fato gerador a prestação de serviços públicos de natureza forense no âmbito deste Tribunal quando do ingresso de recursos originários e/ou recursal no STJ (Lei 11.636/2007). Já o saldo informado na linha “Outros Ingressos das Operações” representa as cotas financeiras recebidas no exercício até a presente data para custear a execução orçamentária deste Órgão.

ANEXOS

ANEXO I RECURSOS FINANCEIROS DISTRIBUÍDOS POR FONTES

FONTE	JANEIRO/2021 (R\$)	%
0100 - Recursos Ordinários	280.654.864,25	70,0044%
0127 - Custas e Emolumentos (Poder Judiciário)	4.658.979,19	1,1621%
0144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	74.429.001,52	18,5650%
0150 - Recursos não Financ. Diretamente Arrecadados	5.355.490,82	1,3358%
0151 - Recursos Livres da Seguridade Social	26.566.701,11	6,6266%
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	344.826,65	0,0860%
0169 - Contrib. Patronal P/ Plano Segurid. Soc. Serv.	5.740.644,52	1,4319%
0175 - Taxas por Serviços Públicos	1.151.310,90	0,2872%
0190 - Recursos Diversos	4.919,26	0,0012%
0300 - Recursos Ordinários (Exerc. Ant.)	1.262.641,59	0,3149%
0350 - Rec não Financ. Diret. Arrecadados (Exerc. Ant.)	740.800,90	0,1848%
TOTAL	400.910.180,71	100,000%

ANEXO II RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE ALMOXARIFADO - RMA

MOVIMENTAÇÃO EM JANEIRO DE 2021 (R\$)				DEZ/2020 (R\$)	%
MATERIAIS DE CONSUMO	ENTRADAS	SAÍDAS	SDO FINAL	SDO FINAL	VAR 2021/2020
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	14.943,49	14.943,49	0,00	0,00	0,00%
Combustíveis e Lubrif. p/ Out. Finalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Gás e Outros Materiais Engarrafados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Gêneros de Alimentação	30.616,17	36.766,17	28.351,50	34.501,50	-17,83%
Material Farmacológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material Odontológico	0,00	0,00	1.738,60	1.738,60	0,00%
Material Químico	0,00	0,00	3.480,75	3.480,75	0,00%
Material Educativo e Esportivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material para Festividades e Homenagens	622,00	622,00	98,50	98,50	0,00%
Material para Expediente	0,00	3.269,73	271.889,51	275.159,24	-1,19%
Material de Processamento Dados	0,00	44.966,20	616.663,15	661.629,35	-6,80%
Material de Acondicionamento e Embalagem	0,00	853,85	25.931,18	26.785,03	-3,19%
Material de Cama, Mesa e Banho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Copa e Cozinha	0,00	1.665,40	49.929,67	51.595,07	-3,23%
Material de Limpeza e Prod. de Higienização	1.872,00	12.457,58	206.681,12	217.266,70	-4,87%
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	120,00	120,00	0,00	0,00	0,00%
Material para Manutenção de Bens Imóveis	3.254,42	9.873,36	412.499,52	419.118,46	-1,58%
Material para Manutenção de Bens Móveis	0,00	927,88	80.085,89	81.013,77	-1,15%
Material Elétrico e Eletrônico	895,10	1.884,95	936.546,41	937.536,26	-0,11%
Material de Proteção e Segurança	0,00	0,00	3.150,75	3.150,75	0,00%
Material para Áudio, Vídeo e Foto	0,00	0,00	1.492,43	1.492,43	0,00%
Material para Comunicações	0,00	23.860,77	1.017.803,06	1.041.663,83	-2,29%
Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material Hospitalar	0,00	618,17	25.800,10	26.418,27	-2,34%
Material para Manutenção de Veículos	0,00	0,00	36.466,86	36.466,86	0,00%
Material p/ Utilização em Gráfica	0,00	0,00	7.141,30	7.141,30	0,00%
Ferramentas	0,00	0,00	9.131,43	9.131,43	0,00%
Material p/ Reabilitação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Sinalização Visual e Outros	0,00	0,00	505,68	505,68	0,00%
Material Bibliográfico	9.783,40	9.783,40	0,00	0,00	0,00%
Bandeiras, Flamulas e Insignias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros Materiais de Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL	62.106,58	162.612,95	3.735.387,41	3.835.893,78	-2,62%

ANEXO III RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS - RMB

MOVIMENTAÇÃO EM JANEIRO DE 2021 (R\$)				DEZ/2020 (R\$)	VAR(%) 21/20
DESCRIÇÃO	ENTR/REAVL	SAÍDAS/BX DEPR/RED A VALOR RECUP.	SALDO FINAL	SALDO FINAL	%
Aeronave	0,00	0,00	5.893,02	5.893,02	0,00%
Aparelhos Medição e Orientação	0,00	0,00	64.928,30	64.928,30	0,00%
Aparelhos e Equip. de Comunicação	1.298,00	2.037,39	4.823.974,68	4.824.714,07	-0,02%
Aparelhos Médicos e Odontológicos	0,00	0,00	506.006,53	506.006,53	0,00%
Aparelhos Esportes e Diversão	0,00	0,00	2.820,66	2.820,66	0,00%
Aparelhos Domésticos	0,00	0,00	663.867,51	663.867,51	0,00%
Armamentos	0,00	0,00	303.760,36	303.760,36	0,00%
Coleção e Materiais Bibliográficos	0,00	0,00	808.754,00	808.754,00	0,00%
Equipamentos de Segurança	0,00	0,00	3.537.957,83	3.537.957,83	0,00%
Equipamentos Energéticos	0,00	0,00	686.803,00	686.803,00	0,00%
Equipamentos Gráficos	0,00	0,00	60.820,81	60.820,81	0,00%
Equipamentos de Áudio e Vídeo	0,00	0,00	12.017.143,75	12.017.143,75	0,00%
Máquinas, Aparelhos e Eq. Diversos	0,00	0,00	57.819,03	57.819,03	0,00%
Material TIC	0,00	0,00	21.681.302,57	21.681.302,57	0,00%
Máquinas de escritório	0,00	0,00	191.879,44	191.879,44	0,00%
Ativos de rede	0,00	0,00	6.026.542,32	6.026.542,32	0,00%
Máquinas de oficina	0,00	0,00	115.192,47	115.192,47	0,00%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	0,00	0,00	704.395,71	704.395,71	0,00%
Computadores	0,00	0,00	519.730,45	519.730,45	0,00%
Mobiliário em Geral	0,00	0,00	6.628.378,63	6.628.378,63	0,00%
Servidores (Storage)	0,00	0,00	9.179.639,86	9.179.639,86	0,00%
Obras de Arte	0,00	0,00	400.162,09	400.162,09	0,00%
Impressoras	0,00	0,00	92.135,01	92.135,01	0,00%
Telefonia	0,00	0,00	922.908,98	922.908,98	100,00%
Veículos Diversos	0,00	0,00	225.838,08	225.838,08	0,00%
Peça não Incorporadas ao Imóvel	0,00	0,00	6.308,00	6.308,00	0,00%
Veículos de Tração Mecânica	0,00	0,00	11.343.803,00	11.343.803,00	0,00%
Outros Materiais Permanentes	0,00	0,00	18,98	18,98	0,00%
TOTAL	1.298,00	2.037,39	81.578.785,07	81.579.524,46	-0,001%

ANEXO IV DOS BENS IMÓVEIS

IMOBILIZADO		
DESCRIÇÃO	INSCRIÇÃO (RIP)	JANEIRO/2021 (R\$)
Sede do Superior Trib. de Justiça - SAF Sul Qd 06 Lote 01	9701052595007	247.757.436,69
Sede da Ass. dos Serv. do STJ - SCES Trecho 1 Lt 1-B Clube	9701052675000	1.000.523,59
Residencial - SHIS QL 14 Conjunto 10 nº 06	9701050905009	1.558.636,91
Garagem - SGON q.2 Lts 10 e 20	9701002515000	1.195.722,37
Garagem - SGON q.3 Lts 50 e 80	9701158125004	1.469.290,21
Terreno - SCEES Trecho 3 Lt 07	9701337945006	65.072.468,12
Armazém/Galpões - SGON q. 4 Lt 5	9701237085005	2.242.052,35
TOTAL		320.296.130,24

ANEXO V TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADAS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR REGISTRADO	SALDO COMPROVADO*	SD ATUAL A REP
ED1AADJQ	STJ-CNJ 07/2020 Reunião Rede Global Int. Judicial	300.000,00	0,00	0,00
ED1AADQH	ENFAM-UFRN Cooperada e TV Justiça	393.575,88	0,00	60.587,94
688818	STJ-SF 01/2016 Sist. Gerenc. Biblioteca Senado	103.295,89	75.631,19	0,00
688941	STF-STJ 05/2016 TV Justiça	76.747,00	30.016,77	46.730,23
696798	STJ-CJF 11/2018 Serviços Gráficos	1.140.000,00	340.313,53	799.686,47
698340	STJ-UNB 02/2019 Pós-Graduação para Servidores do STJ	1.941.191,73	126.501,67	1.019.054,72
699768	STJ-SF 01/2020 Ressarc. Desp. Imóveis Funcionais	1.050.655,20	507.816,70	542.838,50
TOTAL		5.005.465,70	1.080.279,86	2.408.309,92

*Soma dos valores comprovados (81221.02.03) com os valores concluídos (81221.02.04).

ANEXO VI
Parte I
Passivos de Precatórios 02.07.2020 – 31.12.2020

UG	Denominação/Doc SIAFI	Saldo (R\$)
110060	Advocacia Geral da União – AGU 2020PA000438	122.079,18
373001	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) 2020PA000439	92.157,08
110407	Ministério da Defesa 2020PA000440	935.107,58
257001	Ministério da Saúde 2020PA000441	2.769.500,68
257001	Ministério da Saúde 2020PA000442	398.098,85
510002	Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) 2020PA000443	63.248,09
510002	Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) 2020PA000444	38.764,55
510002	Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) 2020PA000445	51.414,76
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000446	25.555.415,78
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000447	9.419.734,23
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000448	9.799.942,93
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000449	118.558,79
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000450	2.273.069,05
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000451	114.062,27
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000452	39.843,44
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000453	143.203,04
154046	Universidade Federal de Ouro Preto 2020PA000454	402.837,94
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000455	24.016,15

Passivos de Precatórios – LOA 2021

Parte II

UG	Denominação/Doc SIAFI	Saldo (R\$)
110060	Advocacia Geral da União – AGU 2020PA000456	980.693,13
110060	Advocacia Geral da União – AGU 2020PA000457	26.153,34
050001	Superior Tribunal de Justiça – STJ 2020PA000458	279.637,24
110407	Ministério da Defesa 2020PA000459	227.981,48
110407	Ministério da Defesa 2020PA000460	14.653.590,36
373001	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) 2020PA000461	163.367,61
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000462	1.546.249,03
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000463	6.118.818,90
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000464	138.509,98
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000465	196.451,53
110407	Ministério da Defesa 2020PA000466	1.821.082,83
257001	Ministério da Saúde 2020PA000467	1.970.547,23
257001	Ministério da Saúde 2020PA000468	418.168,07
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000469	130.186.305,68
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000470	35.153.764,80
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000471	46.330.437,95
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000472	7.802.099,51
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000473	15.805.682,37
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000474	35.694,93
370001	Ministério do Controle e Transparência (extinto) 2020PA000475	1.003.359,63
440002	Ministério do Meio Ambiente 2020PA000476	1.772.939,68
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000477	5.574.622,39
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000478	4.068.377,04
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000479	1.757.744,69
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000479	383.928,71
540001	Ministério da Cultura (extinto) 2020PA000481	43.033,83
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000482	696.307,46
170013	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 2020PA000483	1.048.526,47
130101	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento 2020PA000484	1.646.585,22
510001	Instituto Nacional de Seguridade Social 2020PA000485	475.585,17
510001	Instituto Nacional de Seguridade Social 2020PA000486	729.124,65
510001	Instituto Nacional de Seguridade Social 2020PA000487	68.360,06
510001	Instituto Nacional de Seguridade Social 2020PA000488	111.446,10
200094	Ministério da Justiça 2020PA000494	6.391.523,07
200094	Ministério da Justiça 2020PA000495	1.729.594,28

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

A verificação documental em processos de pagamentos que dão suporte aos lançamentos contábeis é realizada, no âmbito da unidade gestora 050001 pela Secretaria de Orçamento e Finanças deste Órgão, designada especificamente para a realização da conformidade dos registros de gestão em observância ao princípio da segregação de função.

DECLARO que as informações das Demonstrações Contábeis constantes do SIAFI, a saber, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC 1.133/2008), relativos ao presente mês, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do STJ.

Brasília, 24 de fevereiro de 2021

Vanôres Ferreira da Silva Júnior
CONTADOR

Apoio Técnico

José Jorge de Lima Neto